

## O retorno de crianças com Necessidades Educacionais Especiais ao ensino presencial pós pandemia: desafios e perspectivas

Jael Alves da Silva Cabral<sup>1</sup>

### RESUMO

Esta produção surge a partir da experiência de uma professora do Atendimento Educacional Especializado de uma escola pública de Alagoas que explorou a vivência com crianças com Necessidades Educacionais Especiais no processo de retorno do ensino presencial pós pandemia. Com o afastamento social imposto pela proliferação do vírus da Covid-19 que assolou todo o mundo, estudantes e professores tiveram de enfrentar grandes desafios e se adaptar a um novo contexto educacional mediado pelo uso das tecnologias digitais. O período de ensino por vias remotas se estendeu por meses, desde a instauração da pandemia (datada em março 2020 no Brasil), em algumas escolas do Estado de Alagoas o ensino presencial foi retomado no início de 2021, entretanto, as escolas públicas, em sua maioria retornaram em meados do mesmo ano, em modelo híbrido e posteriormente adotou-se o presencial com composição de turmas integral seguindo determinadas restrições. Nessa retomada, crianças de todas as idades se depararam com uma nova realidade dentro das escolas: o uso da máscara e álcool recorrentes, o distanciamento entre as filas dentre outras mudanças. As transformações, inevitavelmente, foram ainda maiores para as crianças atendidas em Salas de Recursos já que muitas delas não acompanharam ativamente, por consideráveis e diferentes razões o modelo de ensino remoto proposto na pandemia e receberam pouco ou nenhum suporte quanto à aprendizagem. Posto isso, o presente artigo se propõe a expor um relato que descreve e reflete sobre os desafios e perspectivas encontrados em meio ao processo de ensino aprendizagem após a pandemia. A pesquisa é de natureza quali-quantitativa e descritiva e envolve uma turma de 9 crianças de diferentes séries e idades de uma escola pública do interior de Alagoas.

**Palavras-chave:** Necessidades Educacionais Especiais, Atendimento Educacional Especializado, Pandemia, Covid-19.

### INTRODUÇÃO

O impacto dos efeitos produzidos pela pandemia de Covid-19 que se instaurou no mundo é visível em várias esferas da sociedade. Saúde Pública, Economia e Educação são os setores mais atingidos exigindo políticas estruturadas a fim de reconstruí-los, medidas estas que já eram necessárias antes da existência da pandemia, contudo se fazem ainda mais urgentes dado o atual contexto de pós-pandemia. A área educacional, a qual

---

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [jael.silval@cedu.ufal.br](mailto:jael.silval@cedu.ufal.br);

abordaremos neste artigo, sofreu grandes mudanças com as diferentes condições de ensino impostas no período de distanciamento social, ação adotada para a redução da contaminação do novo Coronavírus.

Professores e alunos tiveram de recorrer às tecnologias para dar continuidade ao processo educativo, processo este que não ocorreu para muitas crianças devidamente matriculadas na escola devido a variados fatores como a falta de acesso à recursos essenciais neste período (celular, internet) e a falta de estrutura familiar ou disponibilidade para auxiliar essas crianças.

Se para pessoas neurotípicas a pandemia gerou grandes mudanças, para pessoas com desenvolvimento neuroatípicos as implicações são imensas e é ao âmbito desse último grupo que este artigo se dedica, ao campo da Educação Especial. “Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (BRASIL, 2008) e descrito o grupo de interesse desse trabalho sigamos com as próximas proposições.

Muito tem se discutido acerca do que de fato é e como pode ser feita uma educação inclusiva, mas não foram vistos de forma incisiva questionamentos e debates sobre como a pandemia estava afetando a vida de Pessoas Com Deficiência - PCDs e como o processo educativo estava se dando. Estariam eles invisíveis, negligenciados e excluídos como há muitos anos antes desses marcos apresentados? Onde estavam os alunos com NEEs na pandemia? Que tipo de ensino chegou até eles? Com qual nível de interação e aprendizagem retornaram?

É considerando essas indagações e descontentamentos que este trabalho surge para refletir sobre o lugar em que crianças com NEEs estavam ocupando durante o distanciamento social, como esse período foi enfrentado por elas e suas famílias e quais os resquícios desse momento indesejado permanecem no retorno ao ensino presencial hoje. É conveniente, contudo, pontuar que esta pesquisa não objetiva defender ou ao menos flertar com a ideia de que o afastamento social não deveria ter ocorrido, muito pelo contrário, o resguardo de pessoas com NEEs e PCDs assim como da população que pôde permanecer em casa foi essencial para a redução da contaminação do Covid-19. Ainda assim, é preciso abordar e dialogar sobre os impactos produzidos na realidade desse público-alvo a fim de que possa ser possível a construção de medidas e ações que os superem.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa possui como base a abordagem quali-quantitativa e descreve um trabalho aplicado por meio de entrevista com formulário semi-estruturado contendo perguntas abertas e fechadas. Os resultados demonstram que as crianças com NEEs enfrentaram obstáculos ainda maiores para acompanhar os estudos de forma remota e juntamente com suas famílias passaram a lidar com uma realidade totalmente modificada, cujos acompanhamentos médicos estiveram suspensos e todos esses fatores interferiram no desenvolvimento, ocasionando desafios mais extensos e complexos que foram evidenciados no retorno ao ensino presencial.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Os marcos históricos não deixam dúvidas do quanto a inclusão de pessoas com deficiência tem se tornado alvo de discussão e aplicação no Brasil e no mundo e as conferências e convenções internacionais, declarações e legislações são verdadeiras conquistas alcançadas por meio de muita luta travada ao longo dos anos. Na Educação, são exemplos desses marcos a Declaração de Salamanca em 1994 e a Política Nacional De Educação Especial na Perspectiva Da Educação Inclusiva de 2008 foram passos importantíssimos para a busca e implementação da “educação para todos”. Entretanto, diante dos ganhos e avanços não se pode afirmar que a Educação Especial tem sido adequadamente estabelecida pois ainda são vistos grandes desafios e entraves a serem superados. Realizada esta breve colocação cabe conceituar alguns termos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva declara que “Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público-alvo os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.” (BRASIL, 2008.) e a define como

“uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e



orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular” (BRASIL, 2008).

O Atendimento Educacional Especializado – AEE por sua vez possui suas próprias diretrizes operacionais descrevendo suas especificidades. Pode ser considerado um serviço ou programa que deve ser realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais e em centro de atendimento educacional especializado público ou privado sem fins lucrativos.

A Política anteriormente mencionada dispõe ainda sobre a função desse atendimento da seguinte maneira:

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008).

Ressalta-se nesse trecho que o AEE não pode servir como uma estratégia de substituição do ensino regular, que infelizmente é uma ideia concebida ainda por muitos professores do ensino regular, sendo esse um dos grandes problemas para a execução de ações pedagógicas inclusivas e colaborativas entre professores do AEE e de turma de ensino comum.

Haas (2016) propõe que o AEE deve ser entendido como um espaço e atendimento ao aluno público-alvo da educação especial organizado em colaboração com o professor da turma comum para que este professor também organize adequadamente seu plano de ensino para o estudante e sua turma. Essa concepção é pouco internalizada, infelizmente. Nas ações reais professores regulares e AEE acabam por desempenhar papéis de forma individualizada, geralmente o segundo de maneira até solitária em razão desse viés disseminado por muito tempo no qual o setor da inclusão pertence somente e apenas ao professor de AEE. É preciso, sobretudo, romper com tais pensamentos para então começar a pensar em uma educação inclusiva efetiva. Acerca das mudanças necessárias para uma educação mais inclusiva Mantoan et al (2003) tem uma proposta que soa radical para desinteressados, mas que precisa ser entendida de uma vez por todas, a autora afirma que



A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN et al, 2003)

Nesse sentido é mais do que necessário repensar o papel do professor, tanto regular quanto do AEE, e do quão importante é formular currículos, conteúdos e aulas para que a escola possa iniciar esse processo de imersão na educação inclusiva, que embora aparente complexidade, demanda essencialmente empenho e olhar humanizador, exigências de todo educador consciente de sua contribuição para uma sociedade inclusiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi realizada em uma escola do interior de Alagoas envolveu 9 crianças matriculadas em ensino regular e atendidas na Sala de Recursos Multifuncional. Os alunos possuíam diferentes idades, entre 7 e 10 anos e cursavam do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental I. Todos eles pertenciam à mesma escola desde o ano anterior e possuíam laudo clínico. Levou-se em consideração os aspectos de acesso e tipos de atividades durante o período remoto de 2020 a 2021 e informações de relativas ao acompanhamento clínico.

Tabela 1 – Turma regular dos alunos e quantidade, respectivamente

TURMA REGULAR	Nº DE ALUNOS
2º ANO	2
3º ANO	2
4º ANO	2
5º ANO	3

Tabela 2 – Tipos de atividades ofertadas no ano de 2020 e 2021

TIPOS DE ATIVIDADES	FREQUÊNCIA	Nº DE ALUNOS POR ATIVIDADE
Aulas online (encontros síncronos em plataformas de vídeo, vídeo-aulas, explicações em áudio/vídeo por Whatsapp)	Semanal	2
Trilhas de Aprendizagem	Quinzenal	7

Tabela 3 – Razões para o não acompanhamento online das atividades

RAZÕES DO NÃO ACOMPANHAMENTO ONLINE	Nº DE ALUNOS
Falta de acesso à internet	2
As crianças apresentavam dificuldades para acompanhar as aulas	5

Tabela 4 - Razões para as não devoluções

RAZÕES PARA AS NÃO DEVOLUÇÕES	Nº DE ALUNOS
Responsável não conseguia realizar as atividades com as crianças	3
Responsável preferiu não responder	2

Das 7 crianças cujos pais optaram pela trilha de aprendizagem, 4 delas realizavam interações e devoluções de atividades enquanto 5 delas não faziam devolutivas das trilhas de acordo com a tabela acima, as justificativas como observado, é que a família possuía pouca ou nenhuma instrução para realizar as atividades dado o baixo conhecimento sobre as temáticas e de estratégias para condução durante as atividades (3) ou não declararam a razão.

<b>SOBRE O ACOMPANHAMENTO MÉDICO</b>	<b>Nº DE ALUNOS</b>
Iniciaram ou retornaram ao acompanhamento médico ao final de 2021	2
Iniciaram ou retornaram ao acompanhamento médico somente em 2022	3
Não iniciaram ou retornaram o acompanhamento médico	3

Até o mês de março de 2022 apenas 2 crianças haviam retornado ao acompanhamento clínico, em entrevista com os responsáveis das crianças que estavam sem acesso ao apoio multiprofissional externo à escola foi relatado que tinham certo medo em retornar mediante o estado de alerta que o Coronavírus estabeleceu e outros pais descreveram a dificuldade em locomoções para outras cidades (onde as crianças deveriam ser acompanhadas) e até mesmo a falta de interesse em levar a criança por não acreditar no potencial dos tratamentos, terapias e auxílio médico. A falta de atendimento educacional e ensino presencial somada à inexistência de acompanhamento clínico produzem efeitos nocivos ao desenvolvimento das crianças, uma vez que interferiram na interação, comportamento e aprendizagem, principalmente.

No retorno ao ensino presencial, ocorrido ao fim de 2021 apenas 4 destas crianças voltaram a frequentar a escola e os demais foram autorizados somente em 2022 e tiveram que enfrentar vários desafios para além das dificuldades já existentes antes da pandemia. Fazer uso de máscara e álcool e respeitar regras de distanciamento foi ainda mais difícil para elas e acompanhar o ritmo de aulas e atendimento, então, é uma questão que tem sido vista e revista, uma vez que a redução da concentração, paciência e outras habilidades estão mais frequentes, especialmente no caso daquelas que não receberam nenhum tipo de apoio educacional ou médico nos meses anteriores. Os níveis de aprendizagem para os indivíduos que não tiveram contato com atividades no período de afastamento são menores que os dos que puderam interagir ainda que de forma assíncrona

ou com auxílio familiar. Essas situações estão em toda parte, não somente na escola-alvo desta pesquisa, entretanto, esperamos contribuir para que outros professores de AEE e regulares conheçam as razões pelas quais as crianças com NEEs tem apresentado maiores dificuldades de aprendizagem e interação e assim propor ações que identifiquem, se sensibilizem e produzam estratégias de recuperação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados mostram uma parcela minúscula de crianças com NEEs que tiveram seu processo de aprendizagem interrompido e até mesmo suspenso por um período de tempo cujas consequências puderam ser vistas no retorno à modalidade presencial de ensino e embora o quantitativo seja pequeno, os impactos são enormes. Reconhecer as razões pelas quais as crianças com NEEs hoje apresentam maiores recusas e alteração de comportamento é fundamental para elaborar planos que sejam sensíveis e contemplem essas individualidades que não são tão individuais hoje, mas até um pouco coletivas de tão recorrentes que se veem. Considerar tais aspectos é seguir, portanto, por uma perspectiva de educação inclusiva que é verdadeiramente efetiva e humana em sua essência.

## REFERÊNCIAS

COELHO, Crisfina M. Madeira. **Inclusão escolar**. Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar, p. 60, 2010.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

HAAS, Clarissa. **Ação pedagógica e inclusão escolar**: uma análise sobre a função “complementar” do atendimento educacional especializado (AEE). Cadernos de Pesquisa em Educação, n. 43, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. **Inclusão escolar**: o que é. Por quê, v. 12, 2003.





MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas. O desafio das diferenças nas escolas, v. 4, 2010.